



9º Simposio de Ensino de Graduação

DANÇA: A EXPRESSIVIDADE VIVENCIADA SOB A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Autor(es)

MORGANA ROCHA FERRO

Co-Autor(es)

LUCIANA MARIA BUENO

Orientador(es)

ELINE TEREZA ROZANTE PORTO

1. Introdução

Devido às mudanças e muitas discussões nas diversas disciplinas, inclusive na Educação Física acerca do tema inclusão de pessoas com deficiências, a dança para pessoas está se tornando uma prática mais comum.

Ao focarmos nosso olhar para os alunos com necessidades especiais, constatamos que a partir da década de 80, pesquisadores e estudiosos optaram por estudarem a inclusão, diante disso variadas ações assinalaram à valorização desses alunos nas diversas disciplinas do currículo escolar.

Esse período foi marcado por críticas e discussões acerca do tema, o qual vem mobilizando pessoas de toda a sociedade, entretanto algumas tentativas foram frustrantes, entre elas a resistência às mudanças das próprias famílias das pessoas com deficiências. A luta e a busca por uma sociedade mais igualitária continuam até os dias de hoje.

Atualmente, estamos num período em que o mundo está passando por mudanças religiosas, econômicas, culturais, entre outras e, muitas vezes as forças sociais e culturais mostram-se contrárias colocando-nos em dúvida se somos capazes de praticar o nosso novo modo de aceitar, respeitar e agir em favor dos diferentes

Esta pesquisa surgiu a partir de um trabalho solicitado na disciplina de atividade motora adaptada do curso de Licenciatura em Educação Física. A proposta apresentada foi discorrer sobre a deficiência física e a dança, numa perspectiva teórica e prática, oferecida aos alunos da sala. A nossa problemática estava centrada em: como trabalhar o conteúdo dança para alunos amputados de membros superiores e inferiores?

2. Objetivos

Discorrer sobre a deficiência física abordando o conteúdo dança para pessoas com amputação de membros inferiores e/ou superiores nas aulas de educação física.

3. Desenvolvimento

A metodologia utilizada para esse estudo foi a revisão de literatura e a aplicação de uma aula prática com os próprios alunos da sala simulando pessoas que tiveram seus membros inferiores e/ou superiores amputados.

3.1. A deficiência física: exclusão x inclusão a luta é constante

No artigo 4 do decreto 3.298 da legislação brasileira de 1999, encontramos a seguinte definição de deficiência física:

deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999 Art. 4, I).

A partir dessa definição podemos ver que existem vários tipos de deficiência física e, na escola há alunos com diagnósticos diferentes. O professor deve conhecer as características de cada aluno e, saber se precisam de cuidados ou medicações (SCHIRMER et al., 2007). Moura (1997), afirma que para os alunos com deficiência a integração na escola era um meio saudável para que eles tivessem uma vida normal e convivessem com outras crianças. Essa integração deve existir não só na escola, mas em toda a sociedade.

Um sistema integrado representa a harmonia entre todas as partes para que exista um processo rico e completo. Ao contrário disso é justamente a exclusão, ou seja, a desintegração. Essa foi uma realidade expressada nos últimos 20/25 anos, e dependendo da deficiência que o indivíduo apresentava, essas pessoas viviam em subsistemas mais ou menos fechados, tais como: hospital, escola especial, centro de reabilitação ou até mesmo nas ruas literalmente expelidos do mundo (MADER, 1997).

Para essa mesma autora, o sistema proporcionava somente a chamada escola especial, entretanto, mesmo tendo esse nome não contemplava os mesmos benefícios dos cidadãos comuns, as pessoas com deficiências não possuíam oportunidades de usufruírem dos mesmos direitos de uma pessoa sem deficiência. Assim sendo, a escola especial durante algumas décadas vestiu-se de uma educação segregadora, mesmo não tendo essa intenção.

Esse período foi marcado por críticas e discussões acerca do tema, porém várias tentativas e resultados foram frustrantes, visto que diversos fatores impediam o acontecimento do processo, entre eles destacamos dois consideráveis empecilhos: um deles era a secretaria de educação que não queria reorganizar o orçamento, pois acreditava que a mudança desde o salário dos professores até a escada de acesso demandaria muito dinheiro e a outra eram as próprias famílias das pessoas com deficiências as quais se mostravam inseguros e resistentes às mudanças. A resultante de tudo isso era a própria identidade fracassada da pessoa com deficiência física (MADER, 1997).

Todavia, a discussão em torno do assunto nunca acabou. A luta e a busca por uma sociedade mais igualitária é constante seguindo até os dias de hoje. E num dado momento da história surgiu o movimento de autodefesa e de luta pelos direitos humanos na Europa e o nome disso se chamou: inclusão (grifo nosso).

O termo inclusão designa a sociedade que considera todos os seus membros como cidadão legítimo. De tal modo Mader (1997, p.47) crê que “Uma sociedade com que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal”.

Em 1995, o Ministério da Educação e do Desporto expõe através do MEC a inclusão das pessoas com deficiências como princípio em toda instituição de ensino, somando-se a esse documento do MEC diversos estados do Brasil apresentam projetos objetivando a inclusão. Surge a partir daí o movimento das APAEs (Associação de pais e amigos dos excepcionais), cujo objetivo principal era maneiras inclusivas de reabilitação e de educação aos excepcionais. Anexo a ele aconteceu o ensino itinerante que se iniciou com o desmanche das classes especiais e a inclusão dos alunos com deficiências em classes regulares de acordo com suas capacidades. As APAES contaram com o apoio de especialistas com o intuito de desenvolver os alunos que apresentavam maiores dificuldades nas aprendizagens (MADER, 1997).

Segundo Porto e Moreira (2006) o indivíduo é um ser único e deve viver na sociedade de um modo geral, cultural e economicamente como qualquer outro ser humano, desde que respeitemos suas diferenças já que cada um constrói sua própria história na sociedade somando-se a história coletiva.

Estamos num período em que o mundo está passando por mudanças religiosas, econômicas, culturais, entre outras e, muitas vezes as forças sociais e culturais mostram-se contrárias colocando-nos em dúvida se somos capazes de praticar o nosso novo modo de aceitar, respeitar e agir em favor dos diferentes (PORTO, MOREIRA 2006).

Com as pesquisas e estudos em favor das pessoas com deficiências mostram, constantemente, que ainda existe muito preconceito. Aprendemos desde cedo que igual combina com igual, preto com preto, branco com branco. Em todos os modelos de nossa vida procuramos nossos pares, nossos semelhantes, justamente por esse motivo, sem perceber crescemos cheios de repulsas e preconceitos e ao chegarmos à idade madura nos percebemos inseguros e ameaçados com forte resistência ao diferente (MADER, 1997).

3.2. O conteúdo dança para deficientes físicos

Quando falamos de dança para pessoas com deficiência física, não podemos deixar de mencionar a dança em cadeira de rodas. Ferreira (2002), diz que no mundo contemporâneo a dança em cadeira de rodas está presente na cultura corporal e é necessário o conhecimento de várias áreas da Educação Física, Educação Física Adaptada, Dança, Antropologia, Medicina, Fisioterapia e Educação, por ser uma atividade complexa que exige técnica e criatividade, podendo ser realizada como arte, lazer ou esporte.

Entretanto, o foco desse trabalho não é a dança para cadeirantes e sim para pessoas que tiveram algum membro superior ou inferior amputados. A dança pode ser praticada por qualquer pessoa, e pode ser adaptada para várias pessoas com deficiência física, mas devemos deixar que cada um descubra os possíveis movimentos que seu corpo é capaz de fazer (TOLOCKA, 2006).

Segundo Leite (2005), a aula de dança, contato e improvisação, colaborou para uma mudança de “corpos aceitáveis” e capazes de realizar este tipo de movimento, pois as aulas de contato improvisação podem ser realizadas pelas mais diversas pessoas, de diferentes idades, alturas, pesos e até mesmo por pessoas com deficiências físicas.

Essa dança foi escolhida pelo fato de estimular a criatividade, o que é muito importante para a dança adaptada, conforme diz Tolocka (2006, p.43).

Em se tratando de dança, é desejável que o processo criativo seja sempre incentivado, o que muitas vezes pode significar não a adaptação de movimento já realizado por andantes, mas sim a criação de novos movimentos, explorando as possibilidades motoras das pessoas e os objetos que poderão estar incluídos na dança.

Uma das barreiras existentes no passado, as quais já estão sendo quebradas é que hoje em dia qualquer pessoa pode dançar, mesmo que ela tenha alguma deficiência física, sensorial ou mental, existem diversos estilos de dança que dão a liberdade de cada um optar como, quando, onde e o que dançar, sendo seu corpo um instrumento criativo. Em todo tempo e lugar as relações são vividas pelos corpos, que expostos vivem sua existencialidade nas relações consigo, com o outro e com o mundo. Essas trocas de relações permitem a vivência de sonhos, ousadias, riscos e incertezas, configurando aceitação, compreensão e o respeito às diferenças entre tudo e entre todos que se fazem presentes no mundo. (PORTO, MOREIRA 2006).

Uma das funções da dança é o desenvolvimento do lazer, tanto pessoal como social; desta forma podemos ser inclusos na sociedade, e contribuimos para a transformação do indivíduo em pessoa, e de pessoa em cidadão, construindo uma história única ao longo de sua trajetória (MARCELINO; SARTO 2006).

4. Resultado e Discussão

Propusemos uma aula de dança de contato e improvisação que aconteceu numa sala azul de ginástica. Convidamos todos os alunos da sala para participar, sendo necessária apenas a boa vontade de simular amputações de braços e pernas. Pedimos ao grupo que fizessem duplas, distribuimos cordas e colchonetes. Em seguida pedimo-los para amarrarem partes de seus corpos, simulando diversas amputações, tais como: duas pernas, uma perna, dois braços, antebraço, mãos entre outras.

Espalhamo-nos pela sala e iniciamos a aula explicando e demonstrando os exercícios de contato e improvisação. Na seqüência inserimos a música para que eles soltassem a imaginação. Ao longo da mesma, corrigimos as posturas procurando estimular a expressividade. Nos minutos finais, propusemos um pequeno relaxamento acompanhado por música bem suave.

Foi uma experiência única e prazerosa, ao final da aula abrimos para uma roda de conversa e os relatos foram surpreendentes e parecidos. Os que se manifestaram, disseram o quanto é difícil e o quanto faz falta um dos membros, entretanto, a manifestação quanto à aplicação dessa prática proporcionou total liberdade de movimentos e expressão

Acreditamos que ao oportunizar essas vivências pudemos estimular o aspecto motor por meio do equilíbrio, força muscular e flexibilidade; aspecto psíquico a alegria, o aumento da auto-estima e a confiança e no aspecto social interação entre todos os participantes.

5. Considerações Finais

Por estas e por outras contribuições que nos sentimos fortes para continuarmos na luta contra o preconceito e o menosprezo aos

“diferentes”

Incluir pessoas com deficiências, independente de quão diferentes elas sejam implicam em mudanças de valores. A biodiversidade humana é enorme e complexa, necessitamos e devemos permitir o novo, caso contrário nós é que seremos os diferentes.

Assim sendo, as diferenças devem ser minimizadas de modo que os alunos com deficiência se sintam capazes de fazer tudo dentro de suas limitações. A dança é um conteúdo que pode e deve ser passado para todas as idades e para as pessoas com deficiência não só a física, mas visual, auditiva, intelectual.

Relevante se faz a exploração dos movimentos corporais, descobrindo-os e respeitando-os na corporeidade individual.

Portanto, trabalhar com pessoas com deficiências é e sempre será um grande desafio aos que recebem o aprendizado e aos que aplicam.

Referências Bibliográficas

Brasil. Decreto nº. 3.298. Regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1999; 20 dez

FERREIRA, M.B.R. Reflexões sobre dança em cadeira de rodas. In. FERREIRA, E.L.; FERREIRA, M.B.R.; FORTI, V.A.M. (orgs.) Interfaces da dança para pessoas com deficiência. Campinas: CBDCCR, 2002.

LEITE, F.H.C. Contato improvisação (contact improvisation) um diálogo em dança. Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.89-110, maio/agosto de 2005. Disponível em:

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In. MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MARCELLINO, N.C.; SARTO, K. C.; Dança e Lazer. In. TOLOCKA, R. E.; VERLENGIA, R. (orgs.). Dança e diversidade humana. Campinas: Papirus, 2006.

MOREIRA, W.W; PORTO, E.T.R. Diversidade humana: a corporeidade em movimento na dança. In. TOLOCKA, R.E; VERLENGIA, R. (orgs.) Dança e diversidade humana. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MOURA, M.A.S. Integração na escola: um sonho advogado por pais?. In. MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

SCHIRMER, C.R.; et. al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Curitiba: Editora Cronos, 2007.

TOLOCKA, R.E. Aprendizagem e dança com grupos heterogêneos. In. TOLOCKA, R.E; VERLENGIA, R. (orgs.) Dança e diversidade humana. Campinas, SP: Papirus, 2006